Guimarãis, 3 de Junho de 1939 — Ano I — N.º 10

Ressurgimento

SEMANÁRIO NACIONALISTA

Director e Editor, ANTÓNIO-LINO

Redacção e Administração: Rua de Santo António, 84
Composição e impressão: Tipografia "Minerva" — Famalicão
Propriedade da Emprêsa Editora Vimaranense

A' MARGEM

DISSE SALAZAR:

Temos assistido com calma — que não é inconsciência despreocupada — ao desenrolar dos acontecimentos. Longe do seu principal teatro com fronteiras secularmente estaveis, um só vizinho na metrópole, sem problemas de raça ou de língua, mistura de populações ou dependências económicas destas que arrastam as dependências políticas, a um canto da Europa, quási desligado dela e projectado ousadamente sôbre o mar, país atlantico por excelência, como só a Inglaterra pode pretender sê-lo, e como ela com os maiores interesses e a tarefa mais pesada noutros continentes e mares — Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossêgo geral. Mas nalguma coisa estamos em causa como os outros.

* * *

¿Que pretendemos da Europa ou até que ponto nos devemos considerar solidários com a sua vida e cultura?

Nós estamos presos à Europa politicamente na medida em que possamos ser arrastados pelas imprevisíveis conseqüências de um conflito geral e moralmente em tanto quanto ela possa continuar a ser o cérebro e o coração do Mundo. E em tais termos não-de entender-se legítimas as queixas que temos de formular.

* * *

Pôs-se de lado o convencionalismo diplomático e estão por completo desacreditados os antigos processos. O tom duma nota, o protesto duma chancelaria, a retirada dum diplomata, o aparecimento intempestivo dum navio ou duma esquadra, um incidente de fronteiras, a mobilização parcial dum exército perderam o antigo significado e, pelo menos, parece que ninguem se importa já com isso. Substituída a velha discrição correcta e silenciosa pela diplomacia em assemblea geral, de que a S. D. N. foi vivo exemplar e consumada descrédito, passou-se ao método que podemos chamar da *acção directa*, febril nas diligências, premente nos contactos, plebiscitário e clamoroso ante as multidões. Concentra-se a atenção mundial nas declarações dos grandes homens públicos e estamos bastante doentes para passarmos dias ansiosos á espera de um discurso e crermos que dêle dependerá a paz ou a guerra. Isso não seria possivel, mas o simples facto desta ansiedade mostra quam precária é aos olhos do espírito a organização da paz.

A ORDEM PARA O ANO XIV

LEGIONÁRIOS:

Pedem-me para vós, no começo do 14.º ano da Revolução Nacional, algumas palavras de estímulo e orientação. E eu hesito em proferi-las, pois não sei que se hajam tornada necessárias: o estímulo está na vossa fé e plena consciência de cumprir uma alta missão; a orientação está nas bases morais, sociais e políticas da revolução em marcha. Quando muito me sentiria inclinado a rectificar posições.

Não faltarão porventura espíritos optimistas que, vendo alteradas algumas condições internas e mais afastado do País o perigo comunista, suponham estar chegado o fim da vossa missão; mas o comunismo, embora fortemente batido na península, não morreu e não desarma, e há-de prosseguir na sua luta, à luz do dia ou na sombra das organizações secretas, sempre pronto a reviver e a infiltrar-se enquanto lho permitam a fraqueza das nações e o desvario dos homens.

Outros julgarão ainda que depois do esfôrço realizado está já bem merecido o repouso e ambicionariam, não digo desertar das fileiras, mas enfim ser ao menos licenciados, não digo descrer dos princípios mas poderem não os proclamar como um grito de guerra. Mas são tão difíceis os tempos que não só não pode ser permitido a ninguém perturbar no seu esfôrço de engrandecimento a parte viva da Nação, como não podemos sequer tomar o compromisso de deixar a muitos gastarem-se esterilmente em devaneios de espírito, aconchegados em cómodas posições de desfrute.

Há equívoco em tais posições de espírito; e o meu primeiro dever é, sem dúvida, esclarecê-lo.

De nada nos serviria bater e afastar o mais próximo inimigo, se depois nos limitássemos a deixar repor o estado de coisas que pelos seus vícios profundos lhe deu condições de vida. Nós não podemos permitir-nos o luxo de deixar reinar de novo entre nós a divisão e a descórdia e de permitir ás lutas partidárias o fraccionamento da unidade moral da Nação. Nós não fizemos a Revolução Nacional apenas para dar combate ao comunismo: fizemo-la para dar ao País a consciência do seu valor e da sua missão no Mundo; fizemo-la para reforçar a unidade nacional e para elevar o nível material e moral do nosso povo; fizemo-la para defender e aumentar o nosso património de oito séculos de história.

Embóra as conclusões de passadas experiências não tenham sido favoráveis, poderíamos ainda assim tentar conseguir por outros processos as realizações e benefícios materiais que aliás incansàvelmente prosseguimos em favor da colectividade; mas em meu pensar nada disso será um bem definitivo sem a revolução moral — revolução da nossa mentalidade e dos nossos hábitos — e essa só nós a achámos necessária a ponto de a empreendermos e dela não podermos desistir. Não duvido do esfôrço preciso para fazer que passe do pensamento para a consciência, da consciência para a acção, como um hábito, uma forma de compreender e viver a nossa vida nacional; mas só nesse momento seremos outras e estaremos salvos.

A «Legião» tem de se considerar-se e continuar a ser a expressão viva dessa consciência moral da Nação; afirmação clara de fé e da doutrina da Revolução Nacional, reserva das mais altas dedicações e dos mais altos sacrifícios; aquela chama de virtudes cívicas e de compreensão dos novos tempos que ilumina tôda a casa portuguesa.

E' para tanto preciso que mantenha alto o seu ideal, forte a sua organização, competententes e desciplinados os seus quadros e fôrças, resoluto e pronto o seu espírito. E' preciso que as novas gerações, as que

(Continua na 8.ª página)

A' MARGEM

DISSE SALAZAR:

Uma publicidade desaforada, estúpida umas vezes, outras, inteligentissima e intencional. esquadrinha as atitudes, dá sentido ás coisas indiferentes. perverte as intenções mais puras, desvirtua o pensamento mais lucido, açula paixões, espalha o ódio, lança o terror, suscita problemas e lembra soluções qus são outro tantos problemas e com falsas noticias e com meias verdades cria a atmosfera de guerra com que alguns, é certo, podem resolver dificuldades de política interna e outras não se percebe que intuito tenham senão a mesma guerra.

Dêstes usos e dêstes excessos nasceu um grande mal na Europa, que a visivel deminuição da sua sensibilidade moral mais tem agravado ainda — o mal da desconfiança. Declarações, garantias, promessas, acordos, salvo os raros casos de se basearem na evidência dos interêsses ou em amizades experimentadas pelo tempo, neles não crêem já os estranhos, porque, em verdade, os interessados parece serem os pri-

(Continua na 4.ª página)

DA CIDADE

VIDA CATÓLICA

1.º Domingo depois do Pentecostes

Evangelho (Math., XXVIII, 18-20). — «Foi-me dado todo o poder no céu e na terra. Ide pois, e ensinai tôdas as gentes, baptizando-as em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-as a observar tôdas as cousas que vos tenho mandado: e sêde certos de que eu estou convosco até à consumação do século.»

Homilia. — Ao enviar os Apóstolos para a grande obra da conversão do mundo, começa o Senhor por lhes dizer: «Foi-me dado todo o poder no céu e na terra.»

Com estas palavras, como ainda há pouco ponderamos a respeito doutras semelhantes, não significa *Jesus Cristo* outra cousa, senão que, como *Deus*, procede do Pai, do qual recebe eternamente a sua mesma natureza e perfeições, e portanto todo o poder no céu e na terra. Tendo pois recordado assim que é o Senhor soberano de tôdas as cousas, e que portanto tem direito de fazer e mandar o que quiser, acrescenta: «Ide, pois, e ensinai tôdas as gentes, baptizando-as em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-as a observar tôdas as cousas que vos tenho mandado.»

Poucos assuntos há, que mereçam tanto a nossa atenção como o contido nestas palavras do Salvador.

Em razão da sua importância, tomaremos para objecto das nossas reflexões de hoje só o primeiro daqueles poderes conferidos aos Apóstolos, considerando: 1.º A sua natureza; 2.º O seu sujeito; 3.º O seu objecto: quer dizer, o que êle é, sôbre quem há-de ser exercido, e a respeito de que matéria.

1.º — O primeiro poder que *Jesus Cristo* confere aos Apóstolos ao enviá-los pelo mundo a continuar a obra da redenção humana por êle iniciada na Judeia, é o poder de ensinar: «Ide pois, e ensinai tôdas as gentes.» E' um poder positivo, que resulta duma ordem formal. Quer dizer, os Apóstolos, indo por todo o mundo prègar aos povos, operam, não pela tolerância de seus ouvintes ou das autoridades temporais, mas em virtude do poder em que foram investidos pelo Senhor de todos os homens e de tôdas as potestades humanas.

2.º — Mas quem é que o Senhor sujeitou a êste poder dos Apóstolos? «Tôdas as gentes», diz o mesmo Senhor. Portanto não era só o povo Judeu o que os Apóstolos tinham o poder e o dever de ensinar.

Tinha chegado o tempo da graça. *Jesus Cristo* tinha dado o seu sangue pela salvação de todos os homens: era pois necessário que todos os homens fôssem instruídos nos mistérios da salvação e nos meios de se aproveitarem dêles. E' uma loucura pretender que se deve deixar a cada um viver e morrer na religião de seus pais, seja ela qual fôr, ou até sem religião nenhuma. Vendo-se um homem a caminhar cègamente para um abismo, seria bem entendido, seria humano não lhe acudir com os esclarecimentos que o livrassem da morte? Não menor loucura é pretender que se não deve ensinar a religião às crianças, mas se deve esperar que elas atinjam a idade que possam dispor de si livremente. Quem se lembrou jamais de esperar por essa idade para ministrar ao homem outros conhecimentos bem menos necessários? O Senhor, abrangendo a todos na sua infinita caridade, proveu soberanamente à necessidade de todos, sujeitando todos os homens sem excepção ao magistério apostólico.

3.º — Mas qual deve ser o objecto do ensino apostólico? O Senhor o diz: Ide a tôdas as gentes, «ensinando-as a observar tôdas as cousas que vos tenho mandado». São, portanto, tôdas as verdades reveladas; não só os preceitos morais, mas também os dogmas especulativos que lhes servem de base. Estas duas categorias de verdades formam um todo tão intimamente unido, que o conhecimento dumas não pode ser completo sem o conhecimento das outras.

De tôdas estas verdades contidas no nosso Evangelho de hoje, que constituem um capítulo importantíssimo de direito público eclesiástico, tão lastimosamente ignorado até por muitos católicos, tiremos como frutos: 1.º — O reconhecimento dos soberanos direitos da Igreja que acabamos de ponderar, e a resolução de os defendermos quanto em nós caiba; 2.º — O arrependimento de não termos talvez acatado sempre como devíamos em tôda a sua extensão a autoridade docente da Igreja, e o propósito firme de nos orientarmos melhor para o futuro. E procuremos tornar conhecidos estes direitos da Igreja, que são o fundamento da sua missão salvadora, bem persuadidos de que prestaremos com isso o mais assinalado serviço à humanidade. Amen.

(Do Semeador).

Para a reconstrução do Santuário Eucarístico da Penha

Mais donativos

O espectáculo cinematográfico realizado em benefício da reconstrução do Santuário Eucarístico da Penha rendeu 3.551$100.

Para o mesmo fim foram oferecidos mais:

Produto da venda de uma poesia, gesto expontâneo da Companhia Rentini, 265$90.

Oferta dos operários da fábrica de José Pinheiro Guimarãis, 140$00.

D. Branca Santiago Barbosa, 20$00.

Lino Teixeira de Carvalho, 500$00.

Procissão de Corpus Christi

A Confraria do SS. Sacramento de S. Sebastião, promotora da Procissão do Corpo de Deus, pede aos habitantes desta cidade, para que, seguindo uma tradição gloriosa, iluminem as fachadas das suas casas na noite de 7 de Junho, véspera da Festa do Corpo de Deus.

NOTICIÁRIO

Aniversários

Maio, 25 — D. Maria José Gonçalves Lopes.

Junho, 1 — Cónego Alberto da Silva Gonçalves.

Junho, 4 — António Joaquim Amado Leite de Castro.

Conde de Paçô

Da Africa Oriental chegou à sua quinta de Paçô Vieira o ex.mo sr. Conde de Paçô.

Câmara Municipal

Em sua sessão de 26 do corrente a Câmara Municipal deliberou: autorizar os seguintes pagamentos: 5.000$00 à «Casa dos Pobres», da verba orçada para a mesma: 1.000$00 ao Arquivo Municipal; 3.006$00 à Casa de Saúde do Bom Jesus, de Braga, para pagamento das despesas de três internados pobres dêste concelho; 1.000$00 ao Club de Caçadores das Taipas.

Resolveu mais: demolir o mictório situado no Largo 28 de Maio: transferir provisòriamente a Feira dos Cereais para a Praça do Mercado e a Feira de Alfaias Agrícolas e outros artigos para o Largo da Condessa do Juncal; adjudicar a Sebastião de Freitas a obra do caiador da Escola do Coração de Jesus, sexo feminino, por 310$00 e proceder à reparação das retretes por administração directa.

Pelo sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta, sendo aprovada por unanimidade:

«A Câmara Municipal resolve prestar as suas mais calorosas homenagens a S. Ex.ª o Sr. Presidente do Conselho pelo notável discurso proferido na Assembleia Nacional, no qual definiu com brilho e o mais acendrado patriotismo, a posição de Portugal, perante as outras Nações».

Pelo vereador sr. dr. José Maria de Castro Ferreira, foi apresentada a seguinte proposta, que foi aprovada:

«A Imprensa local referindo-se por maneira que julgo exagerada, ao custo das plantas mandadas realizar pela Câmara da Presidencia do sr. Magalhãis Couto, proponho, por isso, que se mande proceder a averiguações sôbre o quantitativo exacto dêsse custo, a fim de se esclarecer a verdade».

Foram deferidos vários requerimentos.

Saldo em cofre — 280.663$04.

Peregrinação a Nossa Senhora de Assunção em Santo Tirso

O Grupo Excursionista «Amigos do Sagrado Coração de Jesus», promove no dia 9 do próximo mês de Julho uma peregrinação em acção de graças a Nossa Senhora pelas Bôdas de ouro Sacerdotais de mons. João António Ribeiro.

A viagem será feita em combóio.

Atendendo ao fim desta peregrinação e à redução que a direcção do referido grupo conseguiu da Companhia dos Caminhos de ferro do Norte, é de esperar que muitas centenas de pessoas tomem parte nessa romagem piedosa ao lindo monte Córdova que serve de trono à Virgem de Assunção.

Viagem

Acompanhado de seus filhinhos, partiu para Lisboa a sr.ª D. Maria Madalena Amado Leite de Castro, espôsa do nosso amigo sr. Domingos Leite de Castro.

* * *

Parte para Vichy o sr. dr. Alvaro de Carvalho, ilustre médico dentista nesta cidade.

Legião Portuguesa

Comissão Central para a festa a realizar na Escola I. e C. em benefício da Acção Social: D. Maria Armind do Amaral Lôbo Machado, Dr.ª D. Edwiges Machado, D. Maria Matilde Machado, D. Ana da Veiga Ferreira Pedras, D. Tereza Maria Mota Preg de Faria e os srs: Manuel Moreira delegado concelhío, António da Costa Guimarãis, comandante de lança Humberto Pinheiro, camandante de lança; Fernando Gilberto Pereira Eleutério e José Ramos Martins Fernandes.

Homenagem

Na passada quarta-feira realizou-se pelas 22 horas, a projectada homenagem promovida pela direcção do Vitória e dedicada ao considerado desportista e capitão do grupo de honra sr. Vergílio de Freitas, que por deliberação de 16 de Maio foi elevado à categoria de *Sócio Honorário*.

Presidiu à sessão o sr. António Lima Vice-presidente da Câmara, representando o seu Presidente, ladeado pelos srs. Amadeu Carvalho, Presidente da honra honorário do Clube e António Faria.

Fala o Presidente da Direcção, sr. dr. Pinto Rodrigues, que define a precisa noção de desporto, desenvolvimento integral do indivíduo, o caminho com que o govêrno de agora olha pelo seu desenvolvimento e agradece ao dr. João Rocha dos Santos os auxílios já dados ao Clube, não esquecendo, porém o antigo presidente do Município, sr. capitão Magalhãis Couto, pela fidalguia com que sempre recebeu a gente do Vitória.

Saúda o homenageado, lançando-o como exemplo aos outros desportistas. Agradece ao sr. Vice-presidente do Município a sua comparência e amizade pelo Clube, bem como o ilustre vereador da C. M. dr. Castro Ferreira, pedindo que se faça em Guimarãis um campo de jogos e atletismo.

Pela filhinha do homenageado foi depois, descerrado o seu retrato. Fala depois o sr. António Lima que encerra a sessão.

Em seguida foi servido um Pôr de honra, falando aos brindes o sr. António Faria Martins, Amadeu Carvalho, jogador Bravo e treinador Alberto Augusto que elogiaram a disciplina desportiva, camaradagem e vida exemplar de Vergílio de Freitas. Este que recebeu muitas prendas de seus amigos e companheiros, agradeceu em brinde, o gesto que lhe fizeram as lembranças dadas.

Anti-marxismo

Conseqüência lógica

A *Izvestia* publicou recentemente a seguinte informação, intitulada «Luta contra a criminalidade infantil»:

«Em Moscovo, foi convocado um conselho, a fim de ser estudado o problema da criminalidade e do abandôno da infância. Verificara-se, com efeito, que os organismos encarregados da educação popular e higiénica e outras organizações similares, haviam registado um *deficit* no que diz respeito ao decreto promulgado pelo Partido e pelo govêrno (31 de Maio de 1935), a propósito da liquidação dos bezprisornis e dos beznadsornost (crianças abandonadas e não vigiadas). Até agora, o departamento da educação popular de Moscovo não abriu nenhum asilo destinado a receber as crianças que os pais não podem educar e alimentar. Segundo informações exactas, mais de metade das crianças criminosas não vai à escola. O número de condenações condicionais aplicadas a delitos cometidos por menores, é considerável. O problema da reeducação dos menores delinqüentes foi abordado várias vezes, mas continua insolúvel. O resultado é que as crianças reincidem».

E é isto que os sovietes chamam, pomposamente, a infância feliz»! Triste infância que, vai parar, mais tarde ou mais cedo, ao banco dos réus... Como se os dirigentes vermelhos pudessem esperar outra cousa do que a confirmação da sentença: «quem semeia ventos recolhe tempestades»!

* * *

Estaline, o pai de tôdas as artes...

O teatro judaico de Moscovo celebrou agora, com grande pompa, o seu vigéssimo aniversário. O director, Michoelf, pronunciou um discurso perante as autoridades comunistas que assistiram ao espectáculo de gala comemorativo de tam «auspiciosa» data. Frizou que aquêle teatro era não só uma expressão da arte judaica mas ainda um poderoso instrumento de propaganda comunista entre as massas israelitas soviéticas.

Terminou, afirmando a sua devoção a Estaline, o «pai de tôdas as artes» e ao Partido comunista.

Também não deixa de ser curiosa esta «acção de paternidade» assim movida pùblicamente contra Estaline...

Como se sabe, os verdadeiros artistas russos são, como os sábios, os escritores — tudo o que, em suma, representa a espiritualidade e a cultura dum povo — perseguidos ferozmente pelo tal «pai de tôdas as artes». O que fica, como descendência directa de Estaline, não é arte, mas uma subserviência do espírito, uma curvatura de espinha, em honra do «czar» vermelho.

Êste numero foi visado pela Comissão de Censura

Problemas Municipais

Do ex.mo sr. capitão José Maria Pereira Leite de Magalhais e Couto recebemos a seguinte carta:

Ex.mo Sr. Director do jornal *Ressurgimento* — Guimarãis.

A propósito das declarações que o ex.mo sr. dr. Rocha dos Santos tem feito em várias reüniões e das afirmações feitas na entrevista ùltimamente publicada no jornal *Comércio de Guimarãis*, acabo de dirigir ao sr. director deste jornal a carta que remeto por cópia e que peço a V. Ex.ª se digne fazer publicar nas colunas do *Ressurgimento*, jornal em que V. Ex.ª vem afirmando as mais brilhantes qualidades.

Aceite V. Ex.ª os protestos da mais alta consideração.

De V. Ex.ª

Att.º Venr. e M.to Ob.º

José Maria de Magalhãis Couto.

—

Ex.mo Sr. Director de *O Comércio de Guimarãis.*

Pelo que se ouve dizer e pelo que tenho lido nos jornais chega-se à conclusão de que o sr. dr. João Rocha dos Santos pretende demonstrar que o estado financeiro do Câmara não comporta o plano de obras que deliniei emquanto estive à frente do Município.

Não posso acompanhar sua Excelência no seu propósito e, assim, tenho de fazer alguns reparos ao que o mesmo senhor tem declarado em reüniões e ao que disse na entrevista publicada no jornal que V. Ex.ª tam distintamente dirige.

O boletim da tesouraria da Câmara acusava na sessão do dia 28 de Abril passado — último dia da minha gerência — a importância de 401 contos. Havia algumas contas a pagar?

Nem podia deixar de haver visto que a Câmara tinha obras em curso. Todavia a mais importante das contas deveria ser a referente à luz pública que não foi paga porque o respectivo fornecedor se recusava a receber a importância das suas facturas com as justas e legais deduções que com aprovação da Câmara lhe mandei fazer.

As restantes contas pouco poderiam significar em face do saldo existente na Tesouraria.

Para demonstrar o que pretende, o sr. dr. Rocha dos Santos agarra alguns números do plano de actividade para 1939, contrapõe-lhe o custo das expropriações feitas para o alargamento da rua dos Palheiros e conclue muito frescamente que só dispõe de 117 contos que já não chegam para cobrir o refôrço das várias verbas de despesa.

Lamentamos muito sinceramente o processo de que o sr. dr. Rocha dos Santos se serve, muito bom para a vélha política, mas impróprio para a política de verdade de que sua Ex.ª tem agora a obrigação de ser cultor.

Se o sr. dr. Rocha dos Santos quisesse bem informar os seus ouvintes e leitores teria dito que no orçamento de 1939 não entrou o saldo que transitou da gerência de 1938 — propositadamente o fizemos — na importância de 376.584$77, e que esta quantia não só era bastante para pagar os terrenos e edifícios expropriados para o alargamento da rua dos Palheiros, mas ainda chegaria para o refôrço de algumas verbas de despesa que disso necessitassem.

Assim ver-se-ia fàcilmente que a Câmara foi regulando as suas despesas pelas receitas que ia arrecadando e de tal forma que, a meio do ano, se verifica que as receitas até ao presente cobradas são superiores às despesas autorizadas até agora.

O reconhecimento por sua Ex.ª dêste facto era uma merecida homenagem á Câmara, em lugar da censura, inteiramente descabida, que para ela representa a suspensão de obras que estavam orçamentadas, dando como motivo para isso a falta de recursos.

Está bem claro que tanto o plano de actividade como o orçamento da Câmara não podem perder a característica especial e até essencial de simples previsão. Quem administra tem de amoldar-se às diferentes circunstâncias que se forem dando durante a gerência.

A falta de recursos só poderia dar-se por mau cálculo de receitas — exagerando-as — ou por excesso de despesas.

Nenhuma dessas cousas demonstrou o sr. dr. Rocha dos Santos, nem podia demonstrar.

Eu compreendo perfeitamente e tôda a gente compreende — e vá lá, para mim não constitue surprêsa nenhuma — que o sr. dr. Rocha dos Santos não queira dar execução às obras por mim planeadas mas sim a outras quaisquer que constituem por ventura o seu plano pessoal de obras.

O que não está certo é que sua Ex.ª venha dizer que o estado financeiro da Câmara não comporte as obras cujo plano estabeleci e lhe abundem recursos para fazer aquelas que sua Ex.ª planeia.

Diga então que, embora tivesse aprovado o plano de actividade para 1939, que embora a Câmara tenha recursos, não quer fazer as obras constantes dêsse plano mas sim outras quaisquer ou mais de sua simpatia.

Assim tôda a gente percebe e sem necessidade de imaginar que fomos perdulário ou nos deleitamos a orçamentar obras que nunca poderiam ter realização.

Cabe aqui dizer ao sr. dr. Rocha dos Santos que nunca propusemos a realização de um empréstimo de 8.500 contos. Preparamos financeiramente a Câmara para lá chegar ou até ir mais longe, se isso fôsse necessário à eficiência dos serviços ou aos progressos da cidade e concelho, e, por isso, ao contrário das conclusões do sr. Rocha dos Santos, eu quero afirmar que tôdas as obras orçamentadas para 1939 e aquelas que constam do plano de melhoramentos apresentado à Câmara e ao Conselho Municipal, em fins de Setembro de 1937, teriam integral realização

Em que prazo? Dentro do tempo necessário para obter do Estado as indispensáveis comparticipações, porque o nosso plano encontrava nas comparticipações do Estado uma das melhores bases.

E' por isso que nos esforçamos em aproveitar as festas centenárias para

(Continua na 7.ª página)

Anti-marxismo

O verdadeiro valor do exército vermelho

O *Journal des Débats* inseriu, no seu número de 12 de Abril dêste ano, um artigo do general francês Duval sôbre o exército russo e a confiança que pode êle inspirar aos seus aliados.

Afirma aquêle técnico que «o ponto fraco da Europa oriental é constituído pela ausência duma Rússia capaz de substituir a Rússia imperial».

Depois de pôr assim em dúvida o valor militar da U. R. S. S., reconhece que os vizinhos do «paraíso» temem e odeiam a sua ideologia e que dificilmente se prestarão a servir de campo de experiência duma colaboração franco-soviética.

E, embora o *Journal des Débats* tenha sido sempre o primeiro a denunciar o perigo marxista e a perigosa intervenção da U. R. S. S. no mundo ocidental, o general Duval aconselha os marxistas da III Internacional a não se pôrem em demasiada evidência, para assim mais fàcilmente levarem a água ao seu moínho...

* * *

A propaganda soviética pelo cinema

A propaganda comunista recorre a todos os meios e de todos se serve, diga-se a verdade, com a maior mestria. Não se limita, de facto, a provocar greves, tumultos, manifestações violentas, etc.; procura também penetrar nas almas e contaminar as mentalidades.

Entre os meios de que se serve, para conseguir realizar essa obra de intoxicação dos espíritos, conta-se naturalmente o cinema. Dispõe a propaganda soviética de agências especiais para distribuïção dos seus filmes. Uma delas é a *Garroson film* que distribue, principalmente, as suas películas nos meios juvenis. O seu último catálogo permite verificar que dispõe de duzentos filmes em inglês, francês e alemão. Segundo uma estatística oficial, sabe-se que essas películas foram projectadas em 650 cinemas americanos.

E é bom ter sempre presente que há ainda muita gente nos Estados Unidos que teima em não acreditar na propaganda soviética!

* * *

As manhas dêles...

De acôrdo com a palavra de ordem de Dimitroff, dada no VII Congresso do Komintern, a propaganda do comunismo na América caracteriza-se agora por uma hipócrita atitude nacional patriótica e democrática.

O órgão oficial da Internacional, a «Correspondance Internacionale», publicou recentemente um artigo sôbre os Estados Unidos, em que vêm as seguintes curiosas afirmações:

«O que contribuiu extraordinàriamente para os impressionantes resultados obtidos pela campanha na América foi o seguinte facto: o Partido conseguiu pôr ao seu serviço as melhores tradições da classe operária americana e difundiu o mais possível a palavra de ordem: «o comunismo é o americanismo do século XX.»

DA MOCIDADE

O 1 Congresso da «Mocidade Portuguesa»

Conclusões e votos do Congresso

São as seguintes as conclusões do Congresso proclamadas pelo sr. ministro da Educação Nacional, lidas na sessão de encerramento pelo sr. dr. Leite Pinto:

«*1.ª Secção* — 1.ª — A educação física da juventude deve acomodar-se ás possibilidades dos educados, avaliadas pelo exame médico, prévio e periodico, e pelo inquérito social e familiar. Considerando-a ingrata nos principios gerais da educação, destina-se a valorizar física e psicològicamente a juventude, com o consequente proveito para o fortalecimento da Nação.

2.ª — A gimnástica nas organizações da juventude deve ser de formação — com fundas raízes no metodo consagrado de Ling, ministrado o seu ensino colectivamente, de acção disciplinante, de feição intuitiva, progressiva e atraente, exigindo actividade harmonica e alternada, e praticada por classes pouco numerosas e tam homogéneas quanto possivel.

3.ª — Os jogos, os exercícios de iniciação desportiva e os desportos, nas organizações da juventude — tidos como elementos preciosos de educação — devem ser assistidos, orientados e limitados ás capacidades somáticas dos educandos, em função da idade e do desenvolvimento físico e psiquico, e tendo em conta modalidades regionais. A pratica dos desportos não deve dispensar a pratica normal de exercícios gimnásticos.

A actividade desportiva de cada educando deve exercer-se num grupo de desportos conpensadores entre si, segundo as aptidões próprias, julgadas pelo exame médico-pedagógico.

4.ª — O campismo entendido na mais larga acepção de vida ao ar livre — marchas, exercicios, repousos, pernoitas — tem poderosa acção salutar, educativa e instrutiva na formação da juventude. Por meio dele afervora-se o amor á Terra-Mãi no conhecimento vivido da etnografia, da história, das riquezas agricolas, industriais, florestais e oro-hidrograficas. Pelas condições de resistencia física e moral que cria, pelo desembaraço e iniciativa a que obriga para resolução de situações inesperadas, o campismo é meio seguro de aplicação natural das práticas da educação física de que é portanto elemento de alto valor. Compete pois ás organizações da juventude promover a sua larga prática, dispensando á criação de «Pousadas da juventude» um decidido interêsse.

2.ª Secção — 5.ª — A «M. P.» deve propor-se, como um dos seus objectivos fundamentais a formação moral da juventude, a qual deve ser encargo de todos os dirigentes ainda que em especial orientada por instrutores especializados.

6.ª — A educação moral ministrada pela «M. P.» deve visar: *a*) dar ao rapaz consciência dos seus deveres para com Deus, para com a sociedade, para com os outros e para consigo; *b*) procurar criar em cada filiado uma coordenação espontânea entre a acção na vida e os deveres morais cuja consciência se lhe forma *c*) adestrar a vontade para vencer os obstáculos que encontre no desempenho dos seus deveres morais e para perseverar nele através de tudo.

7.ª — Toda a educação moral deve ser guiada pela ideia de que o homem foi criado para alcançar certos fins, uns naturais e outros sobrenaturais, e de que as acções hão-de ser julgadas de harmonia com a aptidão maior ou menor que possuam para conduzir a esses fins.

8.ª — O ensino da moral deve ser activo e eminentenente indutivo, oportuno, adaptado e orgânico: convém que a doutrina seja vivida pelos rapazes, depreendida por êles da crítica da própria conduta e dos factos que se passam à sua volta, feita de acôrda com os princípios da doutrina adoptoda, e tendo em vista a transformação cristã do seu meio ambiente.

9.ª — A educação moral deve ser individualizada consoante o temperamento e as tendências de cada filiado, e obra de todos os momentos sem se reduzir ao mero ensino.

10.ª — O primeiro instrumento de educação moral, é o exemplo do dirigente: a autoridade educativa conquista-se pela prática de todos os deveres e virtudes que se preconizam e pelo constante desinterêsse e espírito de sacrifício.

11.ª — A obediência é escola de disciplina e colaboração. Mas não deve ser imposta sem utilidade e cumpre ao dirigente firmar o gôsto de obedecer incutindo nos seus dirigidos a confiança nas suas ordens e procurando obter deles a compreensão racional ou intuïtiva das vantagens das ordens dadas.

12.ª — A obediência não deve impedir nos rapazes a manifestação da sua personalidade: convém evitar os perigos de uma obediência passiva, sistemática e imoticada que possa suscitar no espírito um recalcado sentimento de revolta.

13.ª — O espírito de iniciativa deve ser estimulado para permitir ao rapaz habituar-se a resolver os seus problemas com os próprios recursos, tornando-se assim apto para na vida seguir o caminho do dever em qualquer emergência e situação.

14.ª — Para desenvolver o espírito de iniciativa convém que os dirigentes favoreçam e permitam a acção autónoma dos filiados e de pequenos grupos, e acolham as suas propostas quando exequíveis, permitindo experiências orientadas pelos proponentes ainda que discretamente vigiadas.

15.ª — Os dirigentes não devem ter a preocupação de tudo comandar e autorizar: em cada escalão de hierarquia deve suficiente liberdade de agir para os chefes subalternos adqnirirem o sentimento da responsabilidade e se formarem na experiência da acção.

16.ª — A' prudência do dirigente pertence estimular mais o espírito de iniciativa nos tímidos e escrupolosos e disciplinã-lo e regrá-lo nos indivíduos dotados de excessiva personalidade quando se apresente, relativamente ao grupo, com tendência subtractiva.

3.ª Secção — 17.ª — A participação da juventude na vida nacional compreende a sua preparação educativa nas modalidades seguintes: *a*) formação pre-militar; *b*) actividade cívica; *c*) serviço social.

18.ª — A educação pre-militar, destinada à preparação para a defesa Nacional, é estabelecida pela lei do recrutamento militar, englobando na parte aplicável aos três primeiros escalões da «M. P.», à exercitação física e à educação patriótica. Estas têm por fim facilitar e dar maior eficiência à instrução pre militar especial da milícia e à instrução militar pròpriamente dita, a receber na idade própria nas fileiras do Exército e da Armada.

O Congresso da «M. P.» entende que a educação espiritual e física dos rapazes portugueses contribui para a preparação dos futuros soldados de Portugal.

19.ª — A educação pre-militar é fundamentalmente um problema pedagógico formativo pelo que deve ser feita por processos diferentes dos da instrução militar preparatória e dos da instrução militar, e deve ser orientada pelas directrizes enunciadas na 2.ª conclusão quanto à sua aplicação física.

20.ª — A educação pre-militar a ministrar nos três primeiros escalões da «M .P.» realiza-se por: *a*) Exercícios físicos adaptados dos naturalmente executados por expontaneidade e depois racionaliza-os e sistematizados por por forma a corresponderem ás necessidades de preparação para a vida militar e a respeitarem as capacidades actuais do filiado no sentido de o aprefeiçoar harmonicamente dentro do possível e de atingir os restantes objectivos considerados úteis; *b*) Relatos históricos adaptados e comentados, a partir da época contemporânea, e com especial relêvo da epopeia militar colonial. No último dêstes escalões deveriam ser dadas noções muito gerais da organica militar do País e exaltado o papel social do Exército.

21.ª — A instrução ministrada á milicia deve ser considerada uma instrução especial dentro da «M. P.» e a sua finalidade militar está amplamente jnstificada pelo período histórico que vivemos. Esta instrução deve realizar-se respeitando quando possível a actividade fundamental dos instruendos e as suas necessidades espirituais.

22.ª — A preparação da juventude para a actividade cívica afirma-se formando o caracter dos filiados pelo fortalecimento da sua dedicação à Pátria, fazendo-os cidadãos prestantes e leais colaboradores do Estado, e incutindo nos rapazes a consciência imperial aliada ao orgulho de contribirem com a sua actividade profissional para o engrandecimento da nação, como virtudes cívicas de todo o português.

23.ª — Deverá ser combatido o excessivo individualismo português por ser

(*Continua na 6.ª pagina*)

A' MARGEM

(*Continuação da 1.ª página*)

DISSE SALAZAR:

meiros a ter neles pouca fé. O conflito dos interesses imediatos e das obrigações assumidas terminou em várias conjunturas com a vitória dos primeiros e o sacrificio dos valores morais. E, para cúmulo, demos durante a tragédia espanha, com olhos cegos ou a razão perturbada, bastas provas de não distinguir-mos já bem a verdade e o êrro, a virtude e o vicio, a ideologia política e o mentalidade criminosa, o que é deplorável para quem se proponha dar exemplo ao Mundo.

DISSE SALAZAR:

Quando a Europa deixa perceber que há regimes políticos essencionalmente agressivos e outros dotados de evangélica mansidão e respeito pelos direitos alheios não só comete um êrro clamorosamente desmentido pelos factos, mas tende para a artificiosa criação de blocos ideológicos e suscita problemas de ordem interna nos Estados que estão longe de facilitar o caminho para o entendimento; e quando exige ou concede direitos de cidade a organizações partidárias cuja direcção ou chefia reside em país estrangeiro e se manifesta contra a existencia nacional independente está a minar a solidez dos mesmos Estados ou soberanias em que pretende apoior-se para construir a paz.

Disto e só disto me arreceio — que a Europa, que nenhum problema pode resolver pela guerra dentro de si, não saiba organizar em si mesma a paz e dum modo ou de outro, procurando progredir e viver, lance ela própria, como semente sôbre a terra, principios de ruína e de morte. E seria trágico, pois quando a Europa se deminue é já menor o Mundo.

Falamos como europeus.

* * *

Somos e orgulhamo-nos de ser pela nossa organização, pelo nosso trabalho, pelas nossas concepções políticas e sociais, pela nossa mesma estabilidade, um factor de paz. Nada pretendemos dos outros e não há contra nós reivindicações com qualquer fun-

(*Continua na 8.ª página*)

Parque do Castelo

Todos conhecem o grande empenho que há, da parte do Estado, em valorizar os três preciosos monumentos da nossa terra — Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança — que em admirável conjunto ocupam o que poderemos chamar a colina sagrada de Portugal.

Foi manifesto esse interêsse no carinho que Sua Ex.ª o Sr. Ministro das Obras Públicas revelou, por estes monumentos, ao encarregar o ilustre engenheiro sr. Rogério de Azevedo de elaborar o projecto de parquização dos terrenos vizinhos a estes padrões gloriosos.

A realizar-se — não era um impossível — tal projecto honraria não só esta cidade como o nosso País.

Tornou-se esta obra inadiável, sobrepondo-se mesmo a outras, embora de necessidade mais urgentes podem aguardar outra ocasião, ao passo que esta tem de se executar já.

O Estado prontifica-se a realizá-la com a colaboração da Câmara para que esteja concluída em Abril de 1940.

Perdendo-se esta magnífica ocasião ninguêm sabe quando é que o Govêrno poderá manifestar interêsse igual ao que agora tem.

Por isso entendemos que a Câmara não pode, mesmo que seja à custa de grandes sacrifícios, deixar de prestar ao Estado a colaboração que êste lhe pede, para que magnífico projecto se transforme em realidade.

Afirmava-se por aí que o entendimento verbalmente realizado entre Sua Ex.ª o Sr. Ministro das Obras Públicas e a C. M. de Guimarãis era contrário aos interêsses do Município visto que tendo o Govêrno dispendido verbas avultadíssimas no restauro dos Paços dos Duqnes seria forçado, se a C. M. não colaborasse, a fazer à sua custa aquela parquização com as respectivas expropriações. Enganam-se porém os que assim pensavam.

Quando o ex.mo presidente da Câmara, sr. dr. João Rocha dos Santos quis fazer ver ao Sr. Ministro das O. Públicas que a situação financeira do Município não lhe permitia fazer aquelas expropriações, aquêle ilustre membro do Govêrno exclamou que nesse caso só teria a dizer ao Chefe do Govêrno que Guimarãis não queria as Festas Centenárias. Em face desta atitude o sr. presidente da Câmara de Guimarãis anuiu aos desejos do Sr. Ministro.

Embora sem lucros materiais e realizada à custa de grandes sacrifícios esta obra ficaria como um pregão eloqüente e vibrante dos Ideais que orientam esta era de ressurgimento.

Temos fé em que se realizará.

No orçamento ordinário da Câmara para o ano corrente previa-se uma despesa de 350 contos. E esta verba seria mais que suficiente para as expropriações a fazer antes de ser elaborado o orçamento suplementar em que ela seria reforçada.

Ao analizarmos o orçamento verifiscamos que grande parte das obra-prejectadas visavam a preparar a cidade para as grandiosas Festas da Fundação que aqui terão o seu início em 7, 8 e 9 de Maio do ano próximo.

Preço da assinatura

Anual	24$00
Semestre.	12$00
Trimestre	6$00
Avulso	$50

Apontamentos...

Vimos tratando da *traição*. Percorremos a História e tanto na nossa como na alheia encontramos exemplos bem marcados de *traição*. Cristo, Viriato, Sertório; Ceuta, Pôrto Artur, foram vencidas pela traição.

E, como diz o ditado, amigo prevenido vale por dois, continuaremos ainda a discussão do mesmo assunto.

Sendo o interêsse, material, ou não, que determina o traidor, segue-se, naturalmente, que a melhor defesa está em tornar impossível a satisfação dêsse interêsse.

Organizado como está, entre nós, a M. P. não se descobre onde poderia, no seu seio, encontrar-se ambiente para viver o germen da traição.

Não se trata de um partido, de uma seita, de uma facção, subordinada, como simples cousa, a quem quer que seja. Nela, não se vai para onde os outros quiserem.

Vai-se para um fim bem conhecido e determinado, muito simplesmente à ordem de condutores, igualmente subordinados à mesma finalidade.

Não se vai para onde o guia quiser: vai-se, com êle, para onde todos queremos ir.

Quando um chefe, ou um camarada se afastar, voluntàriamente, da linha do dever, apenas haverá que lhe dizer adeus: a formação, na unidade do seu pensamento e do seu destino, continuará a marcha.

Nestas condições, ¿quem poderia ter *interêsse* em atraiçoar?

Por outra parte, é facto averiguado que a traição não suporta a luz do dia.

Ora, aqui, tudo é claro. Tudo é transparente.

Não há venda nos olhos de ninguém; não há punhais; não há iniciações secretas; não há conjuras; não há supostas filantropias a mascarar desígnios infernais; não há evadidos da penitenciária sob a capa do homem de bem.

Há ideias que o clarão da Verdade ilumina.

Há corpos e almas subindo, com entusiásmo, sem atropelar ninguém, a encosta do aperfeiçoamenlo físico, intelectual e moral.

Trabalha-se: directamente, a bem da Nação; indirectamente, a bem todos e de cada um.

Contudo, mesmo sem lugar para traidores, convém apontar alguns meios de que se pode lançar mão para lhes afastar a indesejável presença, visto que nem só aqui se exerce a vossa actividade, nem ela terminará no último dia dos vossos trabalhos escolares, pois há de prolongar-se numa vanguarda de realização, pela vida fora, onde não faltarão discípulos e sucessores de Judas.

Consiste o primeiro dêsses meios e o mais importante, em não consentir nos lugares de comando, de direcção, de responsabilidade, senão homens honrados, homens bons, gente séria, em cujo passado, não haja nódoas de má fé, ou a sombra de uma deshonestidade.

O passado é, muitas vezes, a única garantia do presente; aquêle e êste ainda são a melhor garantia do futuro.

Chama-se confiança o cimento que unifica as vontades do chefe à dos soldados.

A melhor disciplina, sem confiança, não dará 50 % do seu máximo rendimento.

E não haverá confiança, quando o passado do chefe a não inspire.

Quem algum dia foi traidor, desleal, cobarde, trampolineiro ou dúplice, não serve para cousa nenhuma.

Cesteiro que faz um cêsto, faz um cento. Quem acredita na palavra de um homem habituado à mentira?

Os ingleses costumam dizer: se alguém me engana uma vez, vergonha para êle; se me engana 2.ª, vergonha para mim.

Diz a sabedoria popular que na 1.ª quem quere cai; na 2.ª cai quem quere e na 3.ª cai um tolo.

* * *

Na mocidade não cabe a traição. Sem responsabilidades no passado — nem tampouco sentiu já a sua nefasta influência, nascida para a vida em plena ditadura Nacional — a mocidade portuguesa firma-se — pela sua vontade, pela sua cultura física e intelectual, pela sua disciplina e querer, confiante no presente e esperançada no futuro — uma fôrça que é uma certeza.

E' por isso mesmo que não sabe calar o que sente. E — quem não deve não teme — ela fala claro:

Leal mas desassombrada; disciplinada mas intransigente.

VANGUARDISTA.

Situação financeira do município

Quando em 16 de Maio findo afirmei, na sala das sessões da Câmara Municipal, perante os senhores vereadores, conselheiros municipais e componentes das comissões das festas centenárias, que o município, ao contrário do que havia declarado o seu ilustre presidente, Dr. João Rocha dos Santos, dispunha de cêrca de 800 contos de receita livre para garantir um empréstimo de 8.000 contos amortizável em 15 anos, ainda não tinha compulsado o orçamento da Câmara para o ano de 1939. E era com êle na mão que o sr. presidente afirmava que, somando as despesas obrigatórias e indispensáveis 2.200 e tantos contos, o saldo disponível para garantir um empréstimo não ia além de 300 contos.

Embora estivesse convencido de que o orçamento não podia estar mal organizado, confesso que a afirmação me deixou um tanto perplexo. Preparava-me agora para tirar o caso a limpo, quando o sr. presidente da Câmara veio incidentalmente esclarecê-lo.

Na entrevista concedida ao *Comércio de Guimarãis* e publicada em seu número de 26 de Maio findo, vêm avaliadas em 2.266 contos as «Despezas *obrigatórias* e *indispensáveis* (sublinhado do *Comércio*) segundo o *cálculo do plano de actividade camarária*» (sublinhado nosso) para o ano de 1939.

As despesas referidas são pois condicionadas pelo plano de realizações previstas para o ano corrente e provêm necessàriamente da execução dêsse plano. Mas isso nada tem que ver com a situação financeira do município. Pode êste gastar mais do que as suas receitas ordinárias, como acontece quando se recorre a empréstimos, sem que por êsse facto se possa dizer que a sua situação é má.

O bom ou mau estado das finanças municipais avalia-se comparando as receitas com as despesas ordinárias. Receitas e despesas ordinárias são tôdas aquelas que normalmente se repetem em anos sucessivos e que não estão sujeitas a grandes alterações. Constam do orçamento em cálculo aproximado, mas é nas *contas da gerência* que elas figuram no seu valor exacto.

Quanto à nossa Câmara sabemos que foram já enviadas ao *Tribunal de Contas*, como a lei determina, as contas da gerência de 1938. Por elas se pode ver fàcilmente qual o excesso das receitas ordinárias sôbre as despesas da mesma natureza. Mas como não tive ainda ocasião de estudar essas contas, vou-me servir do orçamento aprovado para o ano corrente para começar êsta estudo e verificar-se-á depois, pelas contas da gerência, se as conclusões a que tiver chegado se confirmam ou não.

Folheando o orçamento camarário de 1939 verifico que foi elaborado com grande prudência. As receitas foram calculadas pelo mínimo, para não haver surpresas, e as despesas pelo máximo que poderiam atingir. Por conseguinte a diferença entre as receitas e despesas ordinárias fica bastante reduzida, mas ainda assim é muito razoável, como vamos ver.

As receitas ordinárias previstas para o ano de 1939, excluídas as que têm consignação especial — turismo, estado, comissões venatórias, aferição de pesos e medidas etc. — somam, 2.173550$00.

(*Continua na 6.ª página*)

Situação financeira do município

(Continuação da 1.ª página)

As despesas ordinárias que constam do mesmo orçamento, expurgados do que são despesas dispensáveis, constam do seguinte quadro:

Cap.º 1.º	—Encargos de emprést.	93.600$00
» 2.º	—Pensões e reformas .	15.067$40
» 3.º	—Secrectaria — Pessoal	120.920$00
» 3.º	— » Outros encarg.	280.788$00
» 4.º	—Tesouraria	17.600$00
» 5.º	—Serviços de saúde. .	38.400$00
» 6.º	—Sanidade Pecuária .	15.600$00
» 7.º	—Serv. de Hig. e limp.	61.700$00
» 8.º	— » de Agua e Luz .	155.750$00
» 9.º	—Cemitério	20.720$00
» 10.º	—Matadouros	80.540$00
» 11.º	—Merc., feiras, impost.	109.820$00
» 12.º	—Obras. Pes. per.te	134.200$00
» 12.º	— » Reparações . .	88.000$00
» 12.º	— » Outras desps.	65.000$00
» 14.º	—Jardins	25.000$00
» 14.º	—Cadeia.	5.576$40
» 15.º	—Policia Municipal. .	102.708$40
» 16º	—Aferição	6.000$00
» 17.º	—Incêndios	700$00
» 18.º	—Instrução	101.400$00
» 19.º	—Arquivo e Museu . .	24.500$00
	que somam . .	1563.590$20

Substraindo das receitas ordinárias, que somam, como vimos	2.173.550$00
a soma das despesas ordinárias	1.563.590$20
achamos o saldo disponivel de .	609.959$80

Verifica-se, pois, que, sem fazer qualquer espécie de violência aos números, o orçamento municipal do ano de 1939 nos revela uma diferença de *610 contos* das receitas sôbre as despesas *ordinárias*. O orçamento não foi elaborado com esta intenção; mas não obstante, é isso que êle nos diz e apreciado devidamente não permite que dêle se tire outra conclusão.

Todavia eu afirmei que a diferença entre as receitas e as despesas ordinárias devia ser superior a 800 contos e o orçamento apenas nos apresenta uma diferença de 610.

Já acima declarei que o orçamento foi elaborado com tôdas as cautelas, sendo por isso avaliadas as receitas pelo mínimo e as despesas pelo máximo. E' fácil demonstrar que assim aconteceu, visto que já dispomos agora de dados que não existiam ao elaborar-se o orçamento e muito menos ao serem aprovadas as suas bases, mas essa demonstração ficará para outro artigo.

JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS.

EDITAL

A Câmara Municipal do Concelho de Guimarãis:

Faz público, para conhecimento dos interessados, que em sua sessão de 26 do corrente mês, deliberou, por unanimidade, que a partir do dia 15 do próximo mês de Junho, seja provisòriamente, transferida a Feira de cereais e outros géneros que actualmente se realiza no Largo da Condessa do Juncal, para a Praça do Mercado; e a Feira de Alfaias Agrícolas e outros artigos que se realiza no Largo de João Franco, passe a realizar-se no Largo da Condessa do Juncal.

E para constar e não haver ignorância se publicam o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do costume, e em tôdas as freguesias dêste concelho.

Guimarãis, Paços do Concelho, aos 27 de Maio de 1939. Eu eu, *José Fernandes Ribeiro Gomes*, 3.º oficial, servindo de Chefe da Secretaria, o subscrevi.

O Presidente da Câmara,

(a) *João Rocha dos Santos.*

Cousas da cidade

Está constituída a Comissão de Estética. Aplaudimos francamente tal resolução, pela qual pugnamos nas colunas dêste jornal.

Sinceramente desejamos que os elementos nomeados se compenetrem do papel verdadeiramente importante agora confiado ao bom gôsto, à inteligência e à isenção de todos e de cada um.

Urge, para que esta óptima medida seja verdadeiramente útil, acelarar os trabalhos do plano de urbanização da cidade, em boa hora confiados ao distinto arquitecto-urbanista Faria da Costa.

Sem êsse plano, é quási criminoso empreender obras de vulto e é prejudicial, também, abrir qualquer zona da cidade à construção.

Não nos referimos, claro está, à urbanização do Castelo e do Largo do Salvador.

Esse projecto, elaborado com muito critério, será fàcilmente articulado com o plano geral.

Mas se considerarmos, por exemplo, a futura avenida dos Palheiros, a que bem poderia dar-se o nome de Mumadona, como homenagem, até hoje por fazer, a tam grande vulto da história de Guimarãis, já não podemos dizer outro tanto.

Essa obra, utilíssima para garantir um acesso digno ao Parque Histórico e capaz de trazer vastos terrenos à construção, só deve ter o seu delineamento último dentro do plano geral da cidade, agora em estudo. Assim o pensava a Câmara, aqui há dois meses, e, com certeza, também assim pensa actualmente.

A vergonha das ruas traçadas por curiosos, mal orientadas umas vezes, largas demais ou demasiado estreitas, outras, mas quási sempre ladeados por longos muros de quinta, precisa de acabar.

Temos de criar a consciência de que isto de fazer ruas ou casas é assunto sério!

Quanto dinheiro perdido por êsse país fora por se querer poupar inùtilmente e contra as próprias regras da economia, uns magros contos na perfeita elaboração dos projectos...

O direito de os *conceber* e de os *apresentar* precisa de ser limitado pela Câmara.

Só as pessoas oficialmente habilitadas o podem ter — e nunca mais deve ser possível aos amadores, mais ou menos jeitosos cobrirem os seus prejudiciais devaneios com a chancela deshonesta de certos profissionais.

Em resumo: Guimarãis necessita e tem jus a ser considerada por todos uma terra dêste século!

O plano de urbanização, a Comissão de Estética e as medidas de limitação do direito de arquitectar hão-de resolver êste magno e inadiável problema.

Nenhum dêstes elementos, porém, considerado ou actuando isoladamente, servirá para endireitar o que há tanto tempo anda tôrto.

Tenham a certeza!

MARTIM VICENTE.

O 1.º Congresso da "Mocidade Portuguesa"

(Continuação da 4.ª página)

um dos principais inimigos da ordem cívica e social, fomentando o conceito, a convicção e o sentimento de que o homem vale pela sua alta dignidade de pessoa dentro da colectividade nacional.

24.ª — A preparação da juventude para o serviço social deve compreender a formação dos rapazes no espírito solidariedade para tôda a vida, facilitando a compreensão entre tôdos, as mutuas relações e a sua adaptação ao respectivo meio social.

25.ª — Deverá incutir-se no filiado a mentalidade social, no conhecimento dos seus deveres e direitos, dotando-os com o espírito de zêlo e de justiça, no quadro do legislação social, integrando-os assim no espírito da organização corporativa do trabalho.

26.ª — E' desejavel que em cada centro se organizem núcleos fraternais de ajuda mútua com o fim de formar fundos de viagem de férias e de fomentar a assistência recíproca, a protecção na doença e nos infortunios sociais e a preparação de devertimentos. A êsses núcleos deverão ficar ligados os antigos filiados, mesmo depois de saírem das fileiras da «M. P.», ao atingirem a idade limite, de modo que entre êles permaneçam sólidos os laços de camaradagem.

27.ª — Deve procurar-se garantir a assistência médica aos filiados pobres em espécie sôbre a forma preventiva e por modo eficiente e regular.

28.ª — Convém pôr em contacto mais directo os filiados dos Centros escolares e os dos Centros extra-escolares: Os primeiros serão escolhidos conforme as suas aptidões e formação moral, sobretudo de entre os cadetes e graduados, para auxiliar os segundos, de modo que adquiram o melhor conhecimento da mentalidade e condições de vida dêstes como base para eficientemente procurarem contribuir para a sua melhoria.

29.ª — E' da maior necessidade a existência de instalações próprias para os Centros extra-escolares onde se possa formar o lar social dos filiados. E' desejável que nos Centros extra-escolares se instale com possível brevidade um núcleo próprio de serviço social dirigido ao meio familiar dos filiados e relacionado com as instituïções de assistência pública ou particular existentes».

CASAMENTO

Na Igreja do Pópulo, Braga, realizou-se o enlace matrimonial da ilustre Professora sr.ª D. Paula de Azevedo Pereira Machado, com o importante e considerado proprietário em Paredes de Coura, sr. José Lino Gonçalves Caçador.

Paraninfaram, por parte da noiva, o sr. dr. Joaquim Monteiro da Fonseca, estimado médico em Paredes de Coura, e sua mãi, a sr.ª D. Amélia Rosa de Azevedo Machado, e por parte do noivo, a irmã da noiva a sr.ª Dr.ª Hedwiges Machado, e o rev. José Esteves Pereira.

Realizou o acto um rev.mo redentorista, que pronunciou uma formosa oração alusiva ao dever dos cônjuges.

Após a religiosa cerimónia, à qual assistiram pessoas de família dos noivos e amigos intimos, no Hotel Francfort foi servido aos noivos e convidados um primoroso almôço.

Aos noivos os nossos cumprimentos e desejos de felicidades.

EDITAL

A Câmara Municipal do Concelho de Guimarãis:

Faz público que, em sua sessão de 26 do corrente mês, deliberou dar cumprimento ao determinado nos artigos 78 e 80 do Código de Posturas Municipais — pintura e caiação dos prédios, muros e caleiros — que se encontram dentro de barreiras, dividindo-se, para isso, a cidade em quatro zonas, e notificar os seus proprietários a cumprirem esta deliberação dentro do prazo dado a cada zona, a saber:

1.ª ZONA

Desde 15 de Junho a 15 de Julho

Rua Dr. Joaquim de Meira, Rua Capitão Alfredo Guimarãis, Rua Francisco Agra, e Travessas (até à Barreira); Rua de Gil Vicente, Avenida dos Pombais, Rua de Paio Galvão, Rua de D. João 1.º, Rua e Largo de Traz Gaia, Rua das Lameiras, Rua da Liberdade e Travessas, Rua Dr. Bento Cardoso, Rua de Camões, Travessa de Camões, Praça D. Afonso Henriques, Largo 28 de Maio, Avenida Cândido dos Reis, e Rua Trindade Coelho.

2.ª ZONA

Desde 15 de Julho a 15 de Agôsto

Largo da Estação do Caminho de Ferro, Avenida Miguel Bombarda, Largo da República do Brasil, até às Capuchinhas; Rua da Ramada, Viela de Soalhãis, Viela da Cancela, Terreiro de S. Francisco e Travessas; Rua Padre Gaspar Roriz, Rua de Couros, Largo do Cidade e Travessas; Rua de Vila Verde, Largo do Trovador, Rua de Vila Flor, Rua de S. Dâmaso, Travessa do Quintal, Rua Dr. José Sampaio, Rua 31 de Janeiro e Travessa da Fábrica.

3.ª ZONA

Desde 15 de Agôsto a 15 de Setembro

Rua de Santo António, Rua Val de Donas, Largo Conselheiro João Franco, Rua da República e Travessas, Viela da Arrochela, Rua Dr. Avelino Germano e Travessas; Rua dos Açougues, Rua de Alcobaça, Rua do Anjo, Rua Egas Moniz, Eirado do Forno, Rua de Donãis, Rua João de Melo, Largo 1.º de Maio, Largo da Oliveira Rua Elias Garcia, Rua dos Açoutados, Largo 13 de Fevereiro, Rua Dr. António da Mota Prego e Rua do Serralho.

4.ª ZONA

Desde 15 de Setembro a 15 de Outubro

Rua Gravador Molarinho, Rua 5 de Outubro, Rua e Largo dos Laranjais, Largo Cónego José Maria Gomes, Rua de Serpa Pinto, Rua Padre António Caldas, Travessa do Sabugal, Largo Martins Sarmento, Rua do Conde D. Henrique, Rua de Santa Barbara, Avenidas Novas, Estradas de Fafe, Campo do Salvador, Rua de Arcela (até à passagem de nível); e Rua de S. Torcato (até à Viela para a Rua de Arcela).

Aos transgressores será aplicada a multa por Lei.

E para constar e não haver ignorância se publicam o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do costume.

Guimarãis, Paços do Concelho, aos 27 de Maio de 1939. E eu, José Fernandes Ribeiro Gomes, 3.º Oficial, servindo de Chefe da Secretaria da Câmara, o subscrevi.

O Presidente da Câmara,

(a) *João Rocha dos Santos.*

CARTAS...

Clarita:

Que notícia tam inesperada acabas de dar-me! Foi uma alegria saber que agora terás pelo menos, uma consolação constante na tua vida! — a permanência da Terezinha junto de ti, da tua Irmã tam querida, dessa encantadora rapariga que, só por si, enche uma casa! Parece que lhe ouço ainda as gargalhadas, tam puras, tam cheias de suavidade! A sua voz é uma música cuja melodia nos embala! Ai! feliz daquele que descubra tal tesouro! Mas, perdoa, hoje a carta não é para ti: vais entregar-lhe esta folhinha de papel por tuas mãos e pede-lhe que lhe encontre a ternura com que foram escritas estas atabalhoadas frases, que só valem porque vão de um coração que lhe quer muito bem. Adeus Clarita, que ela seja feliz!

.....

Terezinha:

Tenho de principiar por nm grande abraço de boas vindas! Eis-te agora ao lado dos que te são queridos, sem voltares a contares os dias que faltam para terminares as férias!!! Esta fase da tua nova vida, trouxe à minha alma recordações tôdas de poesia, de sonhos, de encanto! Estive um grande pedaço a rememorar factos da minha juventude! Neste momento, só quero que seja para ti tudo «côr de rosa» e, oxalá, essa côr perdure durante tôda a tua existência! Sabes que depende, em parte, de ti?...

Dezoito anos! Que linda idade! e aproveitada por tôdas as tuas faculdades de espírito, aliadas à primorosa educação que recebeste, deves fazer muito, Terezinha, dar muito, ser muito para ti, e para todos. Nunca percas o teu fundo de verdadeira alegria; serás assim uma atracção para todos os que te rodeiam!

Essa facêta do teu carácter, é primorosa! Um rosto desanuviado, um olhar franco, um sorriso constante, são uma perene obra de misericórdia! A vida, apresenta-se para ti, rodeada de maravilhas; mais parece um conto de fadas! Sinto-a como uma manhã primaveril, onde tudo canta a doçura e o enlêvo da natureza! Luz, sol, o chilrear da passaráda, e nem uma nuvem a toldar todo êste cenário de verdadeira magía. Deu-te Deus a beleza moral e física, uns Pais como poucos, uma Irmã adorável — uma doente é certo — mas que te não dará a menor tristeza, pois bem sabes como é cheia de resignação, e ainda é, para todos, uma fonte de consolações: — podes gozar a vida como poucas, e como vais embelezá la com o poder da tua bondade! S.ta Terezinha espalha as rosas do Céu e quem sabe se poderás tu distribuí-las na terra?!

Quero-te em tôdas as festas, que não haja bôda nem folguedo, onde não apareça o meu Pedro... pois sei que, para onde fôres, levarás o que em ti está, — uma fonte de água pura que a todos matará a sêde! Sabes, Terezinha, o mundo é feito de sequiosos: uns, pelo seu desânimo, têm sêde de vigor, outros, pelas suas dores, sêde de consolação; ainda os há com remorsos de uma vida isenta do bem, e para êsses existe a sêde da paz; e mais, muitos mais, poderia ainda nomear-te, pois há em ti manancial para verter em todos!! Serás, acredita, uma raínha, reinando pela irradiação de tôda a virtude que em ti se sente. A mocidade, Terezinha, como tantos a desperdiçam!, pois dela depende todo o nosso futuro! Tens de gozar, aproveita tudo, os belos passeios ao ar livre, no enlêvo completo da natureza, entrega-te a ela, que te dará novas fôrças, e a par de tôda a vida que tens de viver, avança sempre no caminho do bem! Tens responsabilidades como poucas, minha pequenita, não as desprezes! Tu sabes como as raparigas de hoje são, na maioria, descuidadas dos seus deveres. Pobresitas, se ninguém as educou para tal, ainda por vezes me admiro, como não fazem pior! Vai tu ao seu encontro e procura ser, no ambiente daquelas que frequentam o teu meio, a boa fada, o Anjo do bem. Estou daqui a seguir-te no teu primeiro baile! Será para breve, não é verdade? Quero que te vistas de branco, tôda vaporosa: tímida, casta como és, simbolizarás o lírio, afastando dum pântano tôda a impureza!! Sim, tenho de pôr-te de sobreaviso: na sociedade onde hoje se vegeta, (porque presentemente não se vive), encontrarás muito lôdo; mas a tua própria inocência será um perservativo, e Deus afastará de ti iodos os perigos. Assim o espero.

Anceio pelas tuas impressões! Vais vêr o que é o primeiro contacto com o mundo! Não te envaideças, nem tam pouco te atemorises com as declarações que vais receber! Para mais herdeira de milhões! Mas Terezinha, aceita o meu conselho: nessa noite pensa apenas nos teus dezoito anos, deixa-te seduzir pela tua mocidade, goza de tudo o que te rodear: música, flores, luzes, dança! que embevecimento vai ser o teu! Tôdas por lá passamos: no entanto as sensações perduram. No dia seguinte, as alamêdas da vossa lindíssima quinta, devem encher-se de confidências! Vais ver como te encontras a pensar em voz alta, e a recordar todo o alvoroço do teu coraçãosito! Depois, tudo se normalisará, pois a minha Terezinha necessita gozar ainda por muitos anos a sua liberdade. Como vão ser felizes todos os que andarem de roda de ti! Não haverá tristeza nos lares onde reina a miséria, nem pobrezinhos por agasalhar: a todos vais acudir com a esmola do dinheiro, e com a maior de tôdas: a esmola da caridade espiritual!! Muitos desgostos te esperam, muitas ingratidões! Custam, e doem tanto Terezinha, mas assim verás como se chega cada vez mais a Deus! O caminho para Ele é o sofrimento, são rosas com muitos espinhos! Vai para a frente sem temor, a tua alegria é uma salvaguarda, e conseguirá afastar de ti tôdas as tormentas. Daqui estou a deliciar me com as tuas correrias por êsses pinheirais fóra, a ver os teus nervos esticados, porque um passarito te fugiu e não conseguiste apanhá-lo de novo; e sigo-te, quando em completo abandôno, junto do rio e à sombra dos choupos, leres os teus romances! Só te peço, que sejam êstes sempre escolhidos pela tua Clarita que, com a sua clarividência e bom senso, sabe a que te convem. E's fidalga de raça, daquela fidalguia que, Deus louvado!, ainda alguma existe, pois desgraçadamente muita tem sossobrado nesta voragem! Dá realce ao teu nome, pelo brilho das tuas virtudes, sê grande pela tua maneira de ser. Como já te disse, pesam sôbre ti maiores responsabilidades, porque com dotes superiores te favoreceu Deus.

Que entres na vida como primavera florída, e que mesmo ao chegar o inverno da tua existência, seja ainda uma primavera que reine em todo o teu ser. Nesta hora quero enviar-te daqui rosas, muitas rosas, tôdas branquinhas, como a alvura da tua alma, e as minhas préces cheias de fervor, para a tua completa ventura.

Conta com a dedicação da sincera

ANGELIS.

Problemas Municipais

(Continuação da 3.ª página)

estabelecer a mais estreita colaboração entre a Câmara e o ministério das O. P., certos como estavamos — e ainda estamos — de que dessa colaboração adviriam grandes benefícios para Guimarãis.

O sr. dr. Rocha dos Santos repudiou essa política recusando-se a colaborar com o Ministério das O. P. na urbanização dos terrenos à volta do Castelo, Largo do Salvador e ruas de acesso. Declara ao Ministro — é o sr. dr. Rocha dos Santos que o diz — que não tem orçamentado um centavo para essas obras, que a Câmara não tem possibilidades, quando o Ministro estava farto de saber quais as possibilidades da Câmara e que, muito ao contrário do que o sr. dr. Rocha dos Santos declarava, no orçamento para 1939 estava inscrita a verba de 350 contos para as obras de urbanização dos terrenos à volta do Castelo, Largo do Salvador e ruas de acesso.

E' a verba número 50-20) do orçamento.

Que admira que o Ministro não fizesse caso das suas declarações, o forçasse a fazer algumas expropriações e se negasse seguidamente a colaborar em qualquer outra obra que o sr. Rocha dos Santos — numa infelicíssima inspiração — a seguir lhe apresentasse?

E' evidente que quem não tinha dinheiro para uma obra necessária ao esplendor das festas centenárias também o não deveria ter para qualquer outra.

O sr. Ministro das O. P. nunca condenou o alargamento da rua dos Palheiros.

Exigia sim que o projecto fôsse elaborado por um urbanista e que entrasse no plano geral de urbanização da cidade.

E' o que estava a fazer por ordem da Câmara — e não sei se ainda está — o arquitecto sr. Faria da Costa.

Nunca me preocupei com a largura ou arranjo definitivo da avenida.

Isso era com o urbanista e o Ministro que havia de aprovar o projecto.

Aproveitei sim tôdas as ocasiões favoráveis — e disso não estou arrependido — para expropriar amigàvelmente os edifícios e terrenos necessários ao traçado da nova artéria e às novas construcções.

Não compreendo mesmo que se façam aberturas de novas ruas e se não expropriem logo os terrenos necessários para edificações. E' por isso que, tomando por base um alinhamento correspondente ao maior alargamento que a rua poderia vir a ter, fizemos a expropriação de terrenos numa faxa de 30 metros para além dêsse alinhamento.

Estou absolutamento convencido de que, mais cedo ou mais tarde, o alargamento da rua dos Palheiros há-de fazer-se tal qual o pensamos; dando facilidades de construcção de edifícios até à Burnaria, e estabelecendo a ligação com a rua de Serpa Pinto, única forma de eliminar os contínuos embaraços de trânsito nas ruas de 5 de Outubro e Santa Maria, e desviando do centro da cidade o trânsito de veículos que da estrada de Braga e Famalicão se destinem à estrada de Fafe.

E' bem fácil de verificar que esta ligação se não poderá fazer facilmente aproveitando, da rua dos Palheiros, o perfil longitudinal actualmente existente.

Deixemos, porém, a rua dos Palheiros entregue ao futuro que a espera e vejamos mais algumas declarações do Sr. Dr. Rocha dos Santos.

Sôbre eléctricidade, embora a municipalização se apresente com vantagens sôbre a concessão prefere-lhe a concessão.

Se pretendessemos ser concessionário haviamos de tecer aqui os mais rasgados elogios ao Sr. Dr. Rocha dos Santos. Como munícipe não poderemos louvá-lo, pois entendemos que deve adoptar-se a solução que mais vantagens dê para os interesses gerais do concelho.

Pelo visto já se não trata de saber se uma forma de resolver o assunto é mais vantajosa que outra qualquer, e de preferir a mais vantajosa.

Parece apenas tratar-se de gostos, e, sôbre gostos como sôbre côres, não convirá discutir.

Abordando o problema de abastecimento de água à cidade, mantém-no o sr. dr. Rocha dos Santos à frente de tôdas as preocupações da Câmara. Estudado por mais de uma vez em todos os seus detalhes, o problema não tem hoje qualquer dificuldade de ordem técnica.

Pode resolver-se indo buscar água ao rio ou captando na Penha e nos montes próximos a água necessária ao abastecimento de Guimarãis. O que tem porém de determinar qual a forma de solução é o aspecto económico que o problema apresenta.

Temos de escolher entre conservar o preço actual da água ou mesmo com ligeira alteração, ou elevá-lo para 3$00 ou 3$50 por metro cúbico para o que ainda é preciso que a Câmara sacrifique tôda a receita que hoje recebe dêsse serviço.

Assim se escolherá entre a captação e exploração da água na Penha e a construção da estação elevatória no Rio Ave.

Ao orientar a Câmara para, nestes anos mais próximos, adoptar a solução das explorações na Penha, não fiz mais do que defender a bolsa do consumidor — a par de lhe dar muito boa água — e tornar possível a extensão da rêde e a resolução do problema do saneamento.

O sr. dr. Rocha dos Santos não teve ainda tempo de estudar êsse e outros problemas e pena é que sôbre êles se pronuncie — alterando directrizes estabelecidas pela Câmara—sem que sôbre cada caso tenha incidido, por sua parte, madura reflexão.

Guimarãis, 29 de Maio de 1939.

JOSÉ MARIA PEREIRA LEITE DE MAGALHÃIS E COUTO.

A' margem

(Continuação da 4.ª página)

DISSE SALAZAR:

damento a apresentar. Para honrar compromissos muitas vezes entrámos em guerra e batalhamos por êsses campos da Europa, sem que nunca recebessemos acrescentamentos territoriais, buscassemos paz interna, auferíssemos lucros ou benefícios de qualquer ordem, e de outro qualquer conflito não os queremos nem esperamos. Muitas vezes nos batemos por honra, dever ou ideal, não por interesses materiais, e tendo malbaratado fazenda e vidas, nunca a guerra nos foi negócio ou fonte de negócios. Quando muito, defendemos o nosso direito, e mostrámos que a vida fácil nunca foi nosso quinhão: isso nos dá direito a falar de paz sem se poder dizer que o fazemos por cobardia ou comodidade. E' por convicção: é por dever,

* * *

Falemos agora como portugueses.

E' porventura escusado definir nesta altura os principios informadores e as grandes directrizes da nossa política externa, tão naturalmente decorrem das circunstâncias da nossa vida e das realizações da nossa História. A nossa feição atlântica e actividade colonial estão na base da aliança inglêsa; a vizinhança e solidariedade peninsular cimentam a fraternal amizade com a Espanha; o heroico esfôrço de Portugal, criador de impérios, domina as relações com o Brasil — nem simpatia nem amizade mas o próprio sangue e alma dos avós; a nossa compreensiva universalidade e a extensão dos nossos interesses permitem as melhores e mais amigaveis relações com todos os Estados. Mas agora só hei-de referir-me ao que tenha importância especial e começarei pelo problema peninsular.

Portugal e a Espanha são obrigados a viver paredes meias na Península; a boa ou má vizinhança favorece-os ou prejudica-os a ambos. Muitos vezes em oito séculos de vida Portugal lutou contra a Espanha, ou contra Estados espanhois, para manter ou consolidar a sua independência; muitas vezes também lutou a seu lado contra terceiros. Este traço é característico e resume em si a História das relações peninsulares: dois Estados irremovivelmente independêntes; duas nações fraternalmente soli-

A ORDEM PARA O ANO XIV

(Continuação da 1.ª página)

chegam à vida amparadas e formadas pela «Mocidade Portuguesa», tomem o seu lugar com o espírito fortalecido pelo exêmplo que lhes destes; encontrem formados os quadros nacionais da sua actividade e lançado em impulso irresistível o movimento ascensional que com tanto sacrifício iniciastes. E' preciso que exerciteis na vossa devoção legiónária o patriotismo e a disposição de tudo sacrificar pelo bem comum; que nos vossos exercícios militares fortaleça o corpo e tempereis o espírito segundo o modêlo do português que sem largar a charrua ou abandonar a oficina está pronto a tomar as armas; que na obediência aos chefes sejais a prática demonstração do valor da hierarquia e da disciplina que condicionam a ordem indispensável à existência da Nação.

Assim servireis — na guerra ou na paz: na guerra que nos seja imposta para garantir a liberdade da terra que lavramos ou a continuidade da revolução que servimos; na paz que ardentemente desejamos, pois temos necessidade de continuar trabalhando pela elevação e prosperidade material do povo, e acima de tudo proclamamos a fé num património espiritual que a violência brutalmente devastaria.

Eis o que espera tranquilamemte de vós, Legionários, a Revolução Nacional.

SALAZAR.

Comparticipações do Estado

O Estado Novo, ao instituir o fundo de melhoramentos rurais e o do desemprêgo, destinados um e outro à realização de melhoramentos em comparticipação com os corpos administrativos e com outras entidades, não tinha em vista criar-lhes dificuldades nem obrigá-los a despesas com que não podiam. Fê-lo apenas com o intuito de auxiliá-los, facilitando a essas entidades a realização de obras que aliás não lhes seria possível levar a cabo e combatendo simultâneamente a crise do desemprêgo de que tanto se tem ressentido a classe operária.

Para mostrar quanto é valioso o auxílio prestado pelas comparticipações, publicamos o quadro seguinte pelo qual se vê que só no ano de 1935 a Câmara de Guimarãis recebeu do Estado a verba nada insignificante de 393.182$10.

Comparticipações concedidas à Câmara Municipal de Guimarãis até ao fim do ano económico de 1935 e importâncias recebidas nesse mesmo ano

Obras comparticipadas	Importâncias	Recebida	A receber
Empedramento da E. M. n.º 14-1.ª das Taipas à Falperra	49.821$37	8.942$06	40.879$31
Empedramento do Ramal da E. 13-2.ª à igreja de S. S. do Souto . . .	27.745$50	7.755$71	19.987$79
Construção e empredamento da E. de Campelos	32.211$23	30.631$55	1.579$68
Pavimentação da E. da Penha ao alto de S. Simão	29.441$39	17.503$85	11.937$54
Asfaltamento da R. do dr. Abílio Tôrres (Vizela)	45.239$30	35.631$31	9.607$99
Edifício do Mercado Municipal . .	100.000$00	47.500$00	52.500$00
Prolongamento da R. Gil Vicente a S. Lázaro	169.000$00	78.689$71	90.310$29
Retretes do Liceu	13.165$03	13.165$03	—
" " " projecto suplementar	2.000$00	—	2.000$00
Construção da E. de S. Maria de Souto à estrada N. n.º 5-1.ª lanço de S. Maria de Souto ao lugar da Careta.	24.341$00	24.341$00	—
Conclusão da E. M. n.º 11 — de Brito à Portela da Serrana — lanço de Leitões à Portela da Serrana na extensão de 913 metros	27.515$44	27.515$44	—
Pavimentação da E. do Lugar da Cancela ao Sabroso	12.690$00	12.690$00	—
Reparações em diversas escolas . .	—	35.687$00	—
Avenida Cândido dos Réis . . .	56.409$00	36.579$00	—
" da estrada de Fafe . . .	59.000$00	24.335$00	—
Caminho dos Remédios	2.185$44	2.185$44	—
Total . . .	650.764$70	393.152$10	228.802$60

A' margem

DISSE SALAZAR:

dárias. Não sei porquê, mas a liberdade e independencia da Espanha parece ser postulado da política portuguesa; e da última crise mais uma vez se fez ouvir o voz da História e Portugal se manteve fiel á tradição.

* * *

Contra os compromissos tomados pelo Govêrno por bem compreensivel necessidade política, e como se tais compromissos contradissesem a razão e profundo sentimento do povo, alguns milhares de portugueses, iludindo por mil formas a vigilância das autoridades, abandonaram a sua vida, interesses e cómodos, foram combater pela Espanha, morreram pela Espanha. Orgulha-me que tenham morrido bem e todos — vivos e mortos — tenham escrito pela sua valentia mais uma página heroica da nossa a de alheia História.

DISSE SALAZAR:

Em todos os domínios onde era livre a nossa acção ajudámos no que pudemos o nacionalismo espanhol e a civilização cristã, directamente ameaçados por doutricas e regimes que só os que andam á cata de desilusões esperam converter ou tornar inofensivos. Mantendo-nos a nós próprios firmes contra os assaltos organizados cá dentro, garantindo a segurança e tranqüilidade da fronteira, enfrentando por tôda a parte a incompreensão e cegueira da Europa (onde a Espanha nacional tão poucas amizades contava), arrostando contra más vontades, ameaças e perigos, umas vezes acompanhados, algumas vezes sós, guiados apenas por mais exacto conhecimento dos situações e mais clara visão dos interesses da Europa ocidental, que, através de tudo, pretendíamos defender, sem cálculo, fomos desde a primeira hora o que deveriamos ter sido — amigos fieis da Espanha, no fundo peninsulares. Despendemos esforços, perdemos vidas, corremos riscos, compartilhámos sofrimentos; e não temos nada a pedir nem contas a apresentar. Vencemos, eis tudo.

Lêde e propagai

"Ressurgimento"